



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 2.015

Conde, 24 de fevereiro de 2022.

CRiado PELA LEI 156/95.

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### LICITAÇÃO E COMPRAS

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rodovia Pb 018, S/N - Rodovia - Conde - PB, por meio do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Locação de quatro veículos tipo utilitário e duas motocicletas - devidamente equipados e caracterizados para uso policial. Abertura da sessão pública: 13:00 horas do dia 14 de Março de 2022. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 007/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 12:00 as 18:00 horas - de Segunda a Quinta - e das 08:00 as 14:00 horas - Sexta dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: [conde.cpl.2021@gmail.com](mailto:conde.cpl.2021@gmail.com). Edital: [www.conde.pb.gov.br](http://www.conde.pb.gov.br); [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br); [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Conde - PB, 23 de Fevereiro de 2022

LUÃ HAWANN SILVA SOUSA - Pregoeiro Oficial

#### SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA Nº 001/2022 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONDE, 24 de Fevereiro de 2022

**ADMITE ESTAGIÁRIOS REMUNERADOS E NÃO REMUNERADOS NA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) DE CONDE PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES EM SEUS SETORES, REGULAMENTA O CONVÊNIO COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E ESTABELECE A DIVULGAÇÃO DE VAGAS.**

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONDE, no uso das atribuições legais, em especial, da prevista do artigo 89, § 1º, I, da Constituição do Estado da Paraíba, e

**Considerando** o disposto no artigo 219-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**Considerando** o disposto na Lei 11.788/2008;

**Considerando** a Portaria Interministerial Nº 1.127, de 04 de Agosto de 2015;

**Considerando** as normatizações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Projetos Pedagógicos de Curso quanto aos estágios supervisionados obrigatórios.

**Resolve:**

**Art. 1º** A atividade de estágio na SMS de Conde, ocorrerá de forma remunerada ou não, através de Convênio firmado entre o município e a instituição de ensino.

**Art. 2º** As ofertas de vagas de estágio, pelos diversos setores deverão seguir a uma periodicidade, conforme propostas, projetos e atividades a serem desenvolvidas.

**Art. 3º** O número de vagas para estagiários, a carga horária a ser cumprida, a bolsa auxílio devida, período e local onde deverão ser exercidas as atividades serão fixadas pela SMS de Conde, através de EDITAL DE PROCESSO SELETIVO a ser publicado para conhecimento de todos os interessados, nos termos do art. 37 da Constituição Federal/88

**Parágrafo único:** A jornada de atividade a ser cumprida deverá compatibilizar-se com o horário de estudo e com o horário de funcionamento da secretaria e/ou setor em que venha ocorrer o estágio.

**Art. 4º** O auxílio poderá ser revertido em materiais e equipamentos direcionados à prática e realização do estágio no município.

**Art. 5º** A SMS disponibilizará um profissional habilitado na área de formação do estagiário para acompanhamento, avaliação periódica do estágio, proporcionar treinamento integrativo do estagiário ao seu novo ambiente, informando sobre o cumprimento de normas e regulamentos vigentes.

**Parágrafo Primeiro:** A frequência mensal do estagiário será apurada pelo registro diário em Folha de Presença, que, devidamente preenchida, deverá ser encaminhada ao setor de Recursos Humanos.

**Parágrafo Segundo:** Compete ao supervisor do estagiário aceitar ou não justificativas de eventuais faltas ou atrasos devendo a justificativa ser sempre documentada.

**Parágrafo Terceiro:** Em caso de estágio remunerado, a liberação da bolsa- auxílio estará condicionada ao recebimento da Folha de Presença do estagiário pela SMS de Conde, setor de Recursos Humanos.

**Art. 6º** A solicitação de prorrogação de estágios deverá ser direcionada à SMS e estará condicionada à necessidade do setor desde que cumpridos os requisitos necessários.

**Art. 7º** O estágio deve propiciar a complementação do ensino profissional, especialmente na(s) área(s) de concentração do(s) respectivo(s) curso(s), visando o aprendizado, não acarretando qualquer vínculo de caráter empregatício, conforme estabelecido na Lei 6494/77, regulamentada pelo Decreto 87.497/82.

**Art. 8º** Os estudantes deverão estar regularmente matriculados e frequentes em suas Instituições de Ensino.

**Art. 9º** Não será permitida, em nenhuma hipótese, que o estudante inicie o estágio sem a celebração do contrato e sem ter a documentação completa.

**Art. 10º** Os estudantes interessados, após publicação do edital que divulgará as vagas deverão providenciar a inscrição nos termos indicados no edital.

**Art. 11º** Serão estabelecidos valores de referência para efetivação de contrapartidas por parte das instituições de ensino que obtiverem Termo de Convênio formalizado com a SMS de Conde para utilização dos serviços de saúde da rede municipal como campos de prática.

**§ 1º** Compreende-se por contrapartida o ato pelo qual as instituições de ensino colaboram com a estruturação e organização dos espaços de aprendizagem para o bom desenvolvimento das práticas de educação e atenção à saúde.

**§ 2º** As instituições de ensino privadas assumem o compromisso de doar à SMS de Conde instrumentos que possibilitem desenvolver atividades práticas de ensino-aprendizagem (aulas práticas, estágio e extensão) nos serviços de saúde da rede municipal.

**§ 3º** Caberá a Instituição de ensino a obrigatoriedade da contratação de seguro, tendo como beneficiários os respectivos estagiários.

Às instituições de ensino públicas e privadas se aplicam as seguintes formas de contrapartida:

I - Disponibilização de estrutura física para realização de eventos promovidos pela SMS de Conde;

II – Fornecimento de equipamentos e materiais a serem utilizados pelo estagiário.

**Art. 13º** As instituições de ensino privadas ficam obrigadas ainda a realizar doações semestrais aos serviços de saúde, via SMS, sendo calculadas por valores *per capita* ao dia e reajustadas anualmente, seguindo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), conforme discriminação abaixo:

I - Estudantes de Medicina - R\$ 6,00;

II - Estudantes de Odontologia - R\$ 4,20;

III - Estudantes de outros cursos de nível superior da área da saúde - R\$ 3,50;

IV - Estudantes de cursos técnicos da área da saúde - R\$ 2,00;

V - Estudantes de ensino fundamental, médio e de educação de jovens e adultos - isentos.

**Art. 14º** A Coordenação da instituição se reunirá semestralmente com a coordenação de cada serviço de saúde e representantes legais das instituições de ensino para elaboração dos respectivos Planos de Trabalho. A reunião terá registro em ata, a qual ficará arquivada na SMS e deverá ser assinada por todos os membros participantes.

Parágrafo único. Os valores orçados nos Planos de Trabalhos serão aprovados por meio de um atesto final da secretária municipal de saúde.

**Art. 15º** O valor das contrapartidas será definido e organizado em reuniões semestrais com a SMS de Conde.

**Art. 16º** A pactuação das atividades práticas semestrais, das instituições de ensino com os serviços de saúde, dar-se-á mediante comprovação das doações de bens e prestação de serviços, via SMS, podendo se dar das seguintes formas:

a) Reestruturação, reformas e investimentos nos serviços de saúde da rede municipal;

b) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os serviços de saúde da rede municipal.

**Art. 17º** As doações deverão ser comprovadas mediante apresentação de prestação de contas, aos serviços de saúde e a SMS, das notas fiscais, observado o valor de mercado e ratificado pela SMS, para que ocorra nova pactuação para o semestre seguinte.

Parágrafo único. As instituições de ensino que não efetuarem as doações estabelecidas nos respectivos Planos de Trabalho e não apresentarem a devida prestação de contas ficarão impedidas de realizar novas pactuações até que regularizem a situação perante a SMS de Conde, setor de Recursos Humanos.

**Art. 18º** Cada serviço de saúde enviará para a SMS de Conde ao setor de Recursos Humanos, o levantamento quantitativo de estudantes das instituições de ensino referente ao semestre anterior, o levantamento das necessidades dos serviços de saúde e os relatórios semestrais de estágios dos discentes participantes do programa.

**Art. 19º** Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela SMS, considerando-se a legislação vigente.

**Art. 20º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

  
VANESSA MEIRA CINTRA  
Secretaria Municipal de Saúde

## SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Portaria nº02/2022/SEINFRA

Conde, 22 de fevereiro de 2022.

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CONDE, de ordem da Prefeita Municipal e no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

**Art.1º** - Nos dias 28 de fevereiro, 01 e 02 de março, o expediente na Secretaria Municipal de Infraestrutura será presencial com atendimento de 08:00 às 14:00 horas, ficando assim de plantão para quaisquer eventualidades, devido ao grande fluxo de munícipes e turistas no período carnavalesco.

**Art.2º**-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
Tiago Ribeiro da Silva  
Secretário Municipal de Infraestrutura

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS****RESOLUÇÃO Nº. 36/2022**

Súmula: Aprova e Torna Público o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Conde/PB para o ano de 2022.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Conde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei de criação 173/1996, de 05 de dezembro de 1996 e instituído com a Lei 01039/2019, de 25 de novembro de 2019.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é órgão que reúne representantes do governo municipal e da sociedade civil de caráter deliberativo, fiscalizador, e

Considerando a deliberação em plenária ordinária realizada em 14 de janeiro de 2022.

**RESOLVE:**

Art.1º. Aprovar e tornar público o calendário de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Conde/PB, para o ano 2022 conforme segue o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

CALENDÁRIO 2022			
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)			
ASSEMBLEIAS ORDINÁRIAS 2022			
MÊS	DIA	LOCAL	HORÁRIO
Janeiro	14/01/2022	Casa dos Conselhos	14h
Fevereiro	9/02/2022	Casa dos Conselhos	14h
Março	9/03/2022	Casa dos Conselhos	14h
Abril	12/04/2022	Casa dos Conselhos	14h
Maio	10/05/2022	Casa dos Conselhos	14h
Junho	14/06/2022	Casa dos Conselhos	14h
Julho	13/07/2022	Casa dos Conselhos	14h
Agosto	10/08/2022	Casa dos Conselhos	14h
Setembro	13/09/2022	Casa dos Conselhos	14h
Outubro	18/10/2022	Casa dos Conselhos	14h
Novembro	9/11/2022	Casa dos Conselhos	14h
Dezembro	13/12/2022	Casa dos Conselhos	14h

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Conde – PB, 14 de janeiro de 2022  
  
SILVANA CRISTINA NEVES FERREIRA  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO Nº. 37/2022**

Dispõe sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho (Ações e Atividades vinculadas a Política de Assistência Social), no exercício 2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Conde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei de criação 173/1996, de 05 de dezembro de 1996 e instituído com a Lei 01039/2019, de 25 de novembro de 2019.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é órgão que reúne representantes do governo municipal e da sociedade civil de caráter deliberativo, fiscalizador;

Considerando a Norma Operacional Básica NOB/SUAS, item 3. Instrumentos de Gestão, item 3.4 Relatório Anual de Gestão (nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais) deverão avaliar o cumprimento das realizações, dos resultados ou dos produtos obtidos em função das metas prioritárias estabelecidas no Plano de Assistência Social e consolidado em um Plano de Ação Anual, bem como da aplicação dos recursos em cada esfera de governo em cada exercício anual, sendo elaboradas pelos Gestores e submetidos aos Conselhos de Assistência Social;

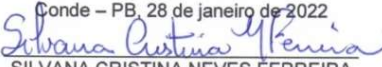
Considerando a deliberação da plenária sobre a pauta discutida na reunião extraordinária realizada no dia 28 de janeiro de 2022;

**RESOLVE:**

Art.1º. Aprovar o Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal da Assistência Social e Trabalho, das Ações e Atividades vinculadas a Política de Assistência Social, no exercício 2021.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Conde – PB, 28 de janeiro de 2022  
  
SILVANA CRISTINA NEVES FERREIRA  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## RESOLUÇÃO Nº. 38/2022

Dispõe sobre a reprogramação dos saldos do FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Conde, no uso das competências que lhe confere a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, e pela Lei de criação 173/1996, de 05 de dezembro de 1996 e alterada pela Lei 01039/2019, de 25 de novembro de 2019.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é órgão que reúne representantes do governo municipal e da sociedade civil de caráter deliberativo, fiscalizador, e

Considerando a Portaria nº. 113/2015 os artigos 31 e 32, os recursos ordinários em conta devem ser reprogramados para o ano subsequente, e

Considerando a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e

Considerando a responsabilidade dos municípios na Política de Assistência Social e na Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), previstas no artigo 17 da NOB SUAS 2012, e

Considerando o Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Conde, reunido em Assembleia Extraordinária realizada no dia 28 de janeiro de 2022.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar a reprogramação do saldo para o exercício de 2022, do recurso financeiro proveniente de repasse do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), repassado ao Fundo Municipal de Assistência Social no exercício de 2021.

RECURSOS FEDERAIS FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social:

Conta	Descrição	Saldo 31/12/2021	Saldo Reprogramado Exercício 2022
13.241-1	Piso Básico Fixo – PAIF		
	Piso Básico Variável – SCFV	17.601,09	17.601,09
13.604-2	Piso Fixo de Média Complexidade – PAEFI		
	Piso Fixo de Média Complexidade – MSE	200.626,50	200.626,50
13.949-1	Programa Primeira Infância no SUAS – PCF	39.430,04	39.430,04
13.233-0	Índice de Gestão Descentralizada – IGDPBF	106.817,28	106.817,28
13.235-7	Índice de Gestão Descentralizada do SUAS –IGDSUAS	38.329,59	38.329,59
12.878-3	BPC na Escola – Questionário a ser Aplicado	1.072,97	1.072,97

RECURSOS ESTADUAIS FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social:

Conta	Descrição	Saldo 31/12/2021	Saldo Reprogramado
-------	-----------	---------------------	-----------------------

			Exercício 2022
31.266-9	PSB – Co-financiamento Estadual	2.833,87	2.833,87
160.344-2	PSE – Co-financiamento Estadual	32.157,18	32.157,18
13.896-7	PSB/BE – Co-financiamento Estadual	3.051,66	3.051,66
13.892-4	PSB –Antecipação do Co-financiamento Estadual	63.506,27	63.506,27

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Conde – PB, 28 de janeiro de 2022

  
**SILVANA CRISTINA NEVES FERREIRA**  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social